

**ENTRE
A CASA,
AS RUAS
E AS
INSTITUIÇÕES**



Reitor

Prof. Pe. Josafá Carlos de Siqueira SJ

Vice-Reitor

Prof. Pe. Anderson Antonio Pedroso SJ

Vice-Reitor para Assuntos Acadêmicos

Prof. José Ricardo Bergmann

Vice-Reitor para Assuntos Administrativos

Prof. Ricardo Tanscheit

Vice-Reitor para Assuntos Comunitários

Prof. Augusto Luiz Duarte Lopes Sampaio

Vice-Reitor para Assuntos de Desenvolvimento

Prof. Sergio Bruni

Decanos

Prof. Júlio Cesar Valladão Diniz (CTCH)

Prof. Luiz Roberto A. Cunha (CCS)

Prof. Luiz Alencar Reis da Silva Mello (CTC)

Prof. Hilton Augusto Koch (CCBS)



ENTRE A CASA, AS RUAS E AS INSTITUIÇÕES

**CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL
NO BRASIL**

**INTER
SEÇÕES** EDITORA
**PUC
RIO**

**Irene Rizzini e
Renata Mena Brasil do Couto**
Organizadoras

©**Editora PUC-Rio**

Rua Marquês de S. Vicente, 225 – Casa da Editora PUC-Rio
Gávea – Rio de Janeiro – RJ – CEP 22451-900
T 55 21 3527-1760/1838
edpucRio@puc-rio.br
www.editora.puc-rio.br

Conselho Gestor da Editora PUC-Rio

Augusto Sampaio, Danilo Marcondes, Felipe Gomberg, Hilton Augusto Koch,
José Ricardo Bergmann, Júlio Cesar Valladão Diniz, Sidnei Paciornik,
Luiz Roberto Cunha e Sergio Bruni.

Editor e coordenador:

Felipe Gomberg

Editora assistente:

Livia Salles

Produtora editorial:

Tatiana Helich Lopes

Revisão de texto: Cristina da Costa Pereira

Projeto gráfico de capa: Flávia da Matta Design

Projeto gráfico e diagramação de miolo: SBNigri Artes & Textos Ltda.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da editora.

Entre a casa, as ruas e as instituições: crianças e adolescentes em acolhimento institucional no Brasil / Irene Rizzini e Renata Mena Brasil do Couto, organizadoras. – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2021.

160 p.; 22,5 cm. – (Coleção Interseções)

Inclui bibliografia
ISBN: 978-65-88831-42-7

1. Assistência a menores – Brasil. 2. Crianças – Assistência em instituições – Brasil.
3. Adolescentes – Assistência em instituições – Brasil. I. Rizzini, Irene. II. Couto, Renata Mena Brasil do. III. Série.

CDD: 362.70981

Elaborado por Marcelo Cristovão da Cunha – CRB-7/6080

Divisão de Bibliotecas e Documentação – PUC-Rio

Sumário

| | |
|---|-----------|
| Prefácio..... | 7 |
| Introdução..... | 11 |
| Capítulo 1 – A ética do cuidado nos processos de acolhimento de crianças e adolescentes: tramas, fios e conexões | 21 |
| Sônia Maria Dantas Berger | |
| Juliana Maciel Gonçalves | |
| Enilce de Oliveira Fonseca Sally | |
| Paula Kwamme Latgé | |
| Ranulfo Cavalari Neto | |
| Paola Vargas | |
| Letícia de Freitas Portugal | |
| Capítulo 2 – Aspectos teóricos e empíricos acerca da bioecologia do desenvolvimento da criança e do adolescente no contexto do acolhimento institucional | 43 |
| Lília Iêda Chaves Cavalcante | |
| Celina Maria Colino Magalhães | |
| Dalízia Amaral Cruz | |
| Laiane da Silva Corrêa | |
| Amanda Cristina Ribeiro Costa | |
| Capítulo 3 – Crianças e adolescentes acolhidos com trajetória de vida nas ruas: normativas, dados recentes e recomendações..... | 59 |
| Renata Mena Brasil do Couto | |
| Capítulo 4 – O que a pandemia de Covid-19 revela sobre demandas e ações dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes no Brasil? | 79 |
| Dayse Cesar Franco Bernardi | |

| | |
|---|------------|
| Capítulo 5 – O direito à participação de adolescentes em acolhimento institucional | 99 |
| Adriana Alice Gomes de Barros Irene Rizzini | |
| Capítulo 6 – Uma perspectiva decolonial para compreender o acolhimento institucional de crianças e adolescentes negros | 119 |
| Ana Carolina de Sá Queiroz | |
| Capítulo 7 – Rebatimentos e desafios da pandemia da Covid-19 no acolhimento institucional de crianças e adolescentes | 139 |
| Caroline de Souza Araujo | |
| Sobre os autores e as autoras | 155 |

Prefácio

É de se festejar o lançamento no Brasil desta importante obra, organizada pela professora Irene Rizzini e pela pesquisadora Renata Mena Brasil do Couto, em torno das trajetórias de crianças e adolescentes entre a casa, as ruas e as instituições de acolhimento.

Emblemas da grande mobilização por mudança de paradigma político e jurídico, com a passagem da situação irregular para uma concepção de proteção integral, crianças e adolescentes em situação de rua ainda expressam as contradições, impasses e desafios de um sistema.

Afinal, se sob o regime anterior essa equação entre situação de rua e institucionalização marcava a relação entre Estado e crianças e adolescentes que viviam situações precárias de existência, como se expressaria essa relação sob o novo regime de direitos?

Seja nos albores da criação de uma legislação e de serviços especializados ao atendimento dos menores, seja, posteriormente, com o verniz supostamente científico da categoria de situação irregular, a institucionalização de crianças e adolescentes, particularmente em situação de rua, cumpria funções claras, entre outras: a dissociação dos fatores sociais e políticos das situações de precariedade da vida, imputando a responsabilidade pela situação individualmente às famílias; o exercício de controle de populações marginalizadas por meio de crianças e adolescentes; o reforço simbólico a um regime de cuidados e de desenvolvimento de crianças que valorizava modelos familiares condizentes com o novo momento socioeconômico e produtivo do país; a disseminação de um modelo organizacional disciplinar dos ritmos de vida comutável com as exigências de adaptação ao recente processo de industrialização do país; a incidência seletiva e estigmatizante dessas intervenções sobre a população negra, recém-liberta do jugo da escravidão, sem políticas compensatórias e de promoção de direitos.

Com este pano de fundo, a mudança de paradigmas dos direitos de crianças implicava repensar a natureza, a forma de organização, os sentidos e as funções

dessas instituições, como expressão de uma refundação das relações entre Estado, sociedade civil e crianças e adolescentes.

A passagem de uma lógica pautada em necessidades, ou em proteção, para uma lógica pautada em direitos, procurou, em um primeiro momento limitar a intervenção abusiva e autoritária do Estado, preservando as liberdades.

Contudo, passados mais de trinta anos dessa virada, os direitos civis e políticos ainda estão por se afirmar plenamente. Nada mais revelador disto do que as dificuldades por se fazer valer o direito de crianças e adolescentes de serem ouvidos e de terem suas opiniões devidamente consideradas, mais ainda, que tenham assistência jurídica, em todo e qualquer procedimento, para que seus direitos não sejam violados.

Sabemos, todavia, que o projeto democratizador demandava uma visão mais que negativa do direito. Não bastava limitar as interferências abusivas do Estado, era preciso pensar o direito como instrumento de transformação social, impactando instituições e modos de garantir direitos de crianças e adolescentes no seu dia a dia. E isto só seria possível se, afirmando e reforçando para crianças e adolescentes os direitos civis e políticos, avançássemos para o reconhecimento de direitos sociais, econômicos e culturais.

É neste campo que se insere todo um debate em torno da assistência social no país, particularmente de serviços como os de acolhimento. Se tardamos a avançar no detalhamento normativo das condições de acesso ao direito, com a tipificação dos serviços, inclusive com sua estrutura funcional, apenas aos poucos o debate sobre os direitos inerentes à qualidade do atendimento consegue ganhar cena.

Ao vermos analisado nesta obra o acolhimento de crianças e adolescentes, somos, portanto, convocados a refletir sobre o direito de acesso à assistência, mas também sobre os direitos durante o atendimento pela assistência e aqueles que esperamos ver efetivados por meio da assistência. Mas não só, também os usos e maus usos desta intervenção, todo o atendimento que a precede e todo o contexto sistêmico que haveria de incidir em complemento a essa intervenção, e as omissões daqueles com responsabilidade pela implementação, pela fiscalização e pelo aprimoramento dessas políticas.

Ora, essa dimensão de funcionalidade do direito, que Bobbio liga à dimensão promocional inerente ao Estado do Bem-Estar, é inafastável de uma análise empírica, senão sociológica, dos modos de sua aplicação. Com efeito, não estamos mais tratando apenas de uma intervenção para responder a uma situação passada,

mas a uma situação igualmente projetiva, que se dilata no tempo, envolvendo, portanto, um direito por se fazer.

É neste contexto que esta obra se mostra ainda mais fundamental. Ela nos traz um cenário analítico, pautado em experiências concretas dessas crianças e adolescentes e das instituições que as atendem, que transcendem uma situação específica, apresentando-nos um quadro de realidade mais abrangente.

Afinal, temos aqui um retrato dos desafios históricos do sistema: a participação de crianças e adolescentes na tomada de decisão, o perfil das crianças e adolescentes com trajetória, ou em situação de rua que tenham sido acolhidas e as insuficiências dos atendimentos prestados; os limites entre cuidado e violência na vivência desses atendimentos pelas crianças; as correlações entre os serviços de acolhimento e análises de desenvolvimento das crianças e adolescentes; a persistência de um racismo estrutural na aplicação da medida de acolhimento e a necessidade de uma perspectiva decolonial.

Como se vê, são estudos e análises que, focados no presente, nos interpelam em nossa responsabilidade histórica e social de implementação de um novo paradigma de atuação e nos convocam a rever nossas práticas para que possam ser efetivamente transformadoras.

A este panorama de fundo, soma-se o cenário de crise sanitária em que nos encontramos, com análises incisivas sobre o impacto da pandemia por Covid-19 nos serviços de acolhimento, nos seus usuários e nas pessoas que ali prestam serviços. Num contexto de precarização dos direitos sociais e das políticas públicas por parte do governo federal, os padecimentos destes serviços, que fazem parte de um sistema nacional de assistência social, refletem uma dimensão a mais da desproteção da população vulnerável neste país.

Trata-se, portanto, de um livro atualíssimo, com temas abrangentes e fundamentais para a compreensão do momento histórico em que nos encontramos e, para que repensemos estratégias afim de que direitos de crianças e adolescentes possam ser melhor garantidos!

Eduardo Rezende Melo

Juiz de Direito em São Paulo

Doutor em direito pela USP e pós-doutorando pela

Universidade Nova de Lisboa

Coordenador pedagógico da Escola Paulista da Magistratura

Introdução

A pandemia de Covid-19 evidenciou desigualdades com as quais convivemos historicamente no Brasil, reafirmando a necessidade de transformações sociais profundas e da ampliação da oferta de serviços públicos de qualidade, sobretudo os de saúde, assistência, educação e habitação, a fim de mitigar os efeitos nocivos da modernização e da crise capitalista. Especialmente nos últimos anos, esses serviços vêm enfrentando cortes orçamentários e sofrendo com o sucateamento de equipamentos fundamentais para o atendimento à população que vive em contextos de pobreza e vulnerabilidade. A situação do serviço de acolhimento institucional não é diferente. Desafios no atendimento a crianças e adolescentes acolhidos, como a precariedade dos abrigos, a escassez de investimentos em recursos humanos e em materiais e uma insuficiente articulação intersetorial persistem e ameaçam a proteção dessa população em meio à maior crise sanitária já enfrentada no país.

Estima-se que os efeitos dos imensos desafios do presente serão de longa duração, agravados por um governo que tem como meta o desmonte das políticas públicas e da participação social calcadas em princípios democráticos. Reverter esse cenário não é uma tarefa simples. Todavia, esses desafios precisam ser enfrentados. Foi com o intuito de contribuir para a compreensão de diversos aspectos do serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes que convidamos pesquisadores de diferentes estados do país para apresentar suas análises. Buscamos, com isso, ampliar o alcance de debates contemporâneos que visam ao aprimoramento do atendimento e à proteção de quase trinta mil crianças e adolescentes que se encontram em instituições de acolhimento no país.

O primeiro capítulo, *A ética do cuidado nos processos de acolhimento de crianças e adolescentes: tramas, fios e conexões*, apresenta os resultados de uma pesquisa cujo objetivo foi investigar como o acolhimento institucional é percebido e abordado por aqueles que compõem a Rede de Proteção, Promoção e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes do município de Niterói/RJ. Os pesquisadores

identificaram dois sentidos principais nas práticas analisadas: o do cuidado e o da violência. O primeiro indica o caminho da proteção e da vinculação das crianças, como uma resposta pública às violações sofridas e como uma estratégia para promover acesso a direitos básicos. O sentido da violência, por sua vez, relaciona-se à institucionalização e à rigidez das rotinas que controlam e restringem a liberdade, criminalizando e oprimindo crianças e adolescentes, quando executado via mandato de busca e apreensão, e gerando perdas abruptas de referências familiares e comunitárias. Essa contradição desafia o trabalho das equipes profissionais e dificulta o estabelecimento de vínculos, podendo precipitar evasões e desterritorializações afetivas, reforçando a lógica da circulação, alimentada por processos históricos de exclusão social. Os autores sugerem que a construção de processos dialógicos e participativos pode contribuir para o aprimoramento do atendimento oferecido pelas redes socioassistencial e jurídica, assim como propõem um amplo e contínuo movimento de reflexão crítica sobre as práticas profissionais, baseada na formação-educação permanente alinhada às recomendações voltadas à proteção integral de crianças e adolescentes.

Refletir sobre as práticas, mas também conhecer o ambiente das instituições de acolhimento, as características biopsicossociais das crianças e dos adolescentes nelas acolhidos e as relações que mantêm com educadores sociais e outros profissionais em suas rotinas, fazem parte dos estudos apresentados no capítulo *Aspectos teóricos e empíricos acerca da bioecologia do desenvolvimento da criança e do adolescente no contexto do acolhimento institucional*. Desenvolvidas na Universidade Federal do Pará (Belém/PA), em parceria com entidades locais e nacionais, as investigações realizadas reforçam a importância de aproximações sucessivas para a compreensão do “sistema ecológico” e das relações que constituem o contexto do acolhimento institucional. As autoras destacam, ainda, a relevância da análise das políticas públicas para a gestão de ações e serviços capazes de evitar ou atenuar os impactos da institucionalização e oferecer ambientes promotores de desenvolvimento para crianças e adolescentes.

O capítulo *Crianças e adolescentes acolhidos com trajetória de vida nas ruas: normativas, dados recentes e recomendações* aproxima-se do acolhimento institucional apresentando um breve panorama do serviço. Seu foco é a discussão dos resultados e das análises do projeto *Conhecer para Cuidar*, que coletou dados quantitativos e qualitativos sobre 271 crianças e adolescentes com trajetória de vida nas ruas, com idades entre 7 e 18 anos, que estavam acolhidos em instituições

públicas e privadas nas 17 cidades brasileiras com mais de 1 milhão de habitantes. O texto relaciona aos dados levantados uma série de recomendações elaboradas por organizações da sociedade civil que tradicionalmente oferecem atendimento especializado para essa população, cujo perfil se destaca entre os acolhidos. Essas propostas, que visam a subsidiar e orientar a rede de proteção, consideram as especificidades de crianças e adolescentes com trajetória de vida nas ruas, que necessitam de estratégias diferenciadas de cuidado no serviço de acolhimento, assim como na rede de proteção como um todo.

Um outro tema, atual e de grande relevância, é foco do capítulo *O que a pandemia de Covid-19 nos revela sobre demandas e ações dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes no Brasil de hoje?* Esse debate, que vem mobilizando profissionais que atuam na rede de proteção, tem como base um amplo levantamento nacional realizado pela Associação dos Pesquisadores e Formadores na Área da Criança e do Adolescente (NECA), em parceria com o Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária (MNPCFC) e a Federação Internacional das Comunidades Educativas no Brasil (FICE Brasil). A pesquisa, realizada entre maio e julho de 2020, apresenta múltiplos dados, entre os quais se destacam: o número de contaminações pelo novo coronavírus, a estrutura de funcionamento do sistema protetivo e as práticas adotadas pelas equipes profissionais que atuam nas unidades de acolhimento. Isso se dá a partir da escuta dos acolhidos e dos “acolhedores”. No centro do debate, estão os impactos do isolamento social sobre as rotinas no serviço e as alternativas adotadas para garantir proteção integral às crianças e aos adolescentes. O texto apresenta recomendações que reforçam a importância da revisão do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária e a importância da articulação e do fortalecimento do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema de Garantia de Direitos (SGD). Em meio a tantos desafios, foi importante o registro de que a pandemia de Covid-19 provocou uma participação mais ativa de crianças e adolescentes nas decisões e tarefas cotidianas das instituições de acolhimento, mostrando, no auge do confinamento, que “são sujeitos capazes de transformar, inovar e agir, de acordo com a qualidade das relações vividas”.

Talvez essa seja uma oportunidade de reverter o cenário identificado no capítulo *O direito à participação de adolescentes em acolhimento institucional*, que discute a importância do envolvimento infantil e adolescente nos processos de to-

mada de decisão no cotidiano das instituições de acolhimento. O texto baseia-se em três fontes de informações: as normativas em âmbito nacional e internacional, que enfatizam a importância de se levar em consideração as perspectivas de crianças e adolescentes em assuntos que dizem respeito as suas vidas, a produção acadêmica sobre o tema e os resultados de uma pesquisa qualitativa com abordagem etnográfica realizada em três instituições de acolhimento, no município de Duque de Caxias/RJ. A análise dos dados revela que o direito à participação infantil e adolescente vem sendo abordado de forma significativa na literatura acadêmica nas últimas duas décadas no Brasil. Entretanto, o foco sobre a participação de adolescentes nas decisões da vida institucional é praticamente inexistente. O estudo de caso realizado em Duque de Caxias confirma a pouca visibilidade do tema e a inexistência de participação efetiva de adolescentes nas decisões da vida institucional. A pesquisa, que privilegiou a escuta dos adolescentes inseridos no serviço de acolhimento, registrou relatos sobre trajetórias de vida complexas, marcadas por separações e rupturas, que fragilizaram vínculos familiares e afetivos. Essa situação traz à tona a importância do fortalecimento de estratégias de suporte às famílias, permitindo que elas possam prover os cuidados necessários para seus filhos. A atuação do Estado, frequentemente limitada a ações compensatórias e emergenciais, não o isenta de seu papel fundamental na garantia de direitos e na implementação de políticas e ações voltadas às causas estruturais da pobreza e das desigualdades sociais.

É sobre uma das causas estruturais das desigualdades sociais brasileiras que trata o capítulo *Uma perspectiva decolonial para compreender o acolhimento institucional de crianças e adolescentes negros*. Sua discussão gira em torno da forma como o racismo repercute diretamente na construção de mecanismos e práticas que elevam o número de crianças e adolescentes negros acolhidos institucionalmente e no silenciamento das discussões étnico-raciais mesmo diante dessa prevalência. A pesquisa baseia-se em estudos decoloniais, que relacionam a invisibilidade dessa temática ao olhar colonizador sobre os corpos negros. Esses estudos indicam que o escravismo, a colonização, a colonialidade, o racismo estrutural, a opressão de gênero e o modo de produção capitalista limitam os direitos de determinados grupos sociais e, mais do que isso, oferecem diferentes oportunidades de acesso aos brancos e não brancos e provocam o extermínio de crianças e adolescentes pobres e negros.

Fechando o livro, o capítulo *Rebatimentos e desafios da pandemia da Covid-19 no acolhimento institucional de crianças e adolescentes* também traz uma reflexão

sobre garantia dos direitos, mas seu foco são as mudanças ocorridas nas rotinas institucionais dos abrigos, especialmente em decorrência do distanciamento social. O texto discute as orientações e estratégias propostas para proteger crianças e adolescentes acolhidos em meio à crise sanitária. A contradição entre distanciamento social e convivência familiar e comunitária é evidenciada e a opção pela reintegração familiar emergencial é questionada. A autora ressalta que o acompanhamento dos acolhidos pelo Sistema de Garantia de Direitos é fundamental, assim como são necessárias investigações e pesquisas sobre o tema, uma vez que a situação de pandemia persiste e que seus impactos sobre o serviço de acolhimento institucional podem ser duradouros.

As diversas análises que compõem este livro mostram que, embora os avanços ocorridos no serviço de acolhimento institucional desde a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) sejam inegáveis, os desafios ainda são muitos para adequar os avanços normativos à realidade concreta das unidades de acolhimento. Acolher de forma não violenta, compreender o desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados, reconhecer e atender à multiplicidade de perfis dos acolhidos, desenvolver metodologias de escuta e participação, enfrentar o racismo estrutural e, ainda, discutir os impactos da Covid-19 fazem parte deste rol. Acreditamos ter reunido contribuições importantes para subsidiar a reflexão e o debate acerca dos fatores que levam crianças e adolescentes a serem afastados de seu contexto familiar e comunitário e, também, sobre as políticas públicas relacionadas à complexa realidade do serviço de acolhimento institucional.

Sobre o projeto *Entre a casa, as ruas e as instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro*

Ao longo de quase quatro anos, nos dedicamos a compreender o atual cenário do acolhimento institucional para crianças e adolescentes no Brasil. No campo empírico, nossa atenção esteve voltada, especialmente, para o estado do Rio de Janeiro e para as particularidades do atendimento às crianças e aos adolescentes com trajetória de vida nas ruas. Realizamos um amplo levantamento e uma análise das normativas e da produção acadêmica, publicada entre 2000-2019 sobre o tema, e consultamos profissionais e usuários do serviço de acolhimento na cidade do Rio de Janeiro.

Além deste livro e de participações em encontros e eventos nacionais e internacionais, este projeto resultou em uma série de publicações, sobre as quais apresentamos os principais destaques. A análise da produção acadêmica e das normativas permitiu-nos construir um panorama sobre os debates acerca do serviço de acolhimento institucional disponível para crianças e adolescentes no Brasil. Identificamos temas que se destacaram nas últimas duas décadas e as principais recomendações para enfrentar os desafios existentes.

Constatamos que, a partir do final dos anos 2000, há um grande volume de publicações relacionadas à questão do acolhimento institucional. A Região Sudeste destaca-se no que tange ao número de publicações, seguida pela região sul. A maior parte dos estudos levantados foi publicada em periódicos ou em cursos ligados às ciências humanas e sociais, sendo que as ciências da saúde e biológicas também merecem menção. A produção é rica e apresenta uma diversidade de dados e análises, destacando eixos temáticos como: vivências e perfil de crianças e adolescentes em acolhimento; cotidiano dos abrigos; atuação profissional, metodologias e práticas; família e acolhimento; violência; saúde; maternidade e sexualidade; primeira infância acolhida; desligamento, pós-desligamento e reinserção familiar e comunitária; e medida de proteção e âmbito judicial.

As recomendações sistematizadas ao longo do projeto são fruto de dezenas de pesquisas realizadas em diferentes partes do Brasil e, por isso, acreditamos que configurem uma amostra representativa a partir da qual seja possível construir subsídios para políticas públicas de atendimento a crianças e adolescentes acolhidos. Destacamos as seguintes recomendações: a necessidade de maior atenção às famílias; de fortalecimento de mecanismos de escuta e planejamento que envolvam as crianças, os adolescentes e suas famílias; a capacitação profissional continuada e o cuidado com os trabalhadores; maiores investimentos em recursos humanos e materiais; o fortalecimento da articulação com a rede de proteção; e o acompanhamento pós-desligamento.

Embora parte dessas recomendações possa ser conhecida por aqueles que atuam diretamente no serviço de acolhimento institucional, consideramos importante compreendê-las, atualizá-las e ampliar seu alcance até que, de fato, sejam ouvidas e incorporadas aos desenhos e orçamentos das políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes acolhidos. Acreditamos que esses elementos podem não só melhorar o atendimento oferecido, como também prevenir o afastamento desnecessário de crianças e adolescentes de suas famílias. Ou, ainda, assegurar a excepcionalidade e a provisoriabilidade da medida de proteção do acolhimento institucional.

O mapeamento das unidades de acolhimento que atendem a crianças e adolescentes com trajetória de vida nas ruas no estado do Rio de Janeiro e a análise do funcionamento destas unidades na cidade do Rio de Janeiro nos permitiram ouvir os profissionais e os usuários que diariamente convivem com os desafios do acolhimento institucional. Investigamos também as especificidades do atendimento oferecido àqueles com trajetória de vida nas ruas. Realizamos visitas e entrevistas em 15 instituições que atendiam a crianças e adolescentes com idades entre 7 e 18 anos e que, no momento da pesquisa, estavam atendendo a alguém com trajetória de vida nas ruas na cidade do Rio de Janeiro.

Um elemento que consideramos importante ressaltar é a quase inexistência de iniciativas e metodologias de atendimento específicas para crianças e adolescentes em situação de rua. Esperávamos e gostaríamos de ter encontrado um cenário diferente com os avanços ocorridos no debate normativo sobre esse tema. Em 2016, houve a aprovação da Resolução Conjunta nº 01 do CONANDA e do CNAS, que atualizou as orientações técnicas para o serviço de acolhimento para crianças e adolescentes, reconhecendo a necessidade do uso de metodologias especializadas para o atendimento daqueles com trajetória de vida nas ruas. Mas, basicamente, o que os profissionais entrevistados mencionaram foi uma maior flexibilidade em relação às regras e ao tempo de adesão ao serviço. Essa flexibilidade está diretamente ligada aos principais desafios relacionados ao grupo com trajetória de vida nas ruas: as dificuldades de adaptação às regras e rotinas da instituição e as dificuldades de vinculação à unidade de acolhimento e aos seus profissionais.

Um outro ponto a ser destacado é que não foram mencionadas iniciativas continuadas de capacitação embora essa seja uma demanda recorrente daqueles que atuam nas instituições de acolhimento e fundamental para o aprimoramento do atendimento oferecido. Mas os profissionais também pontuaram outros desafios para a realização de seu trabalho, relacionados à necessidade de uma maior atenção do Estado em relação ao acolhimento institucional. As principais demandas registradas foram: o aprimoramento e o investimento em políticas públicas específicas para crianças e adolescentes acolhidos; o fortalecimento e uma melhor articulação da rede socioassistencial; e a melhoria na infraestrutura dos equipamentos e na oferta de itens básicos para os usuários do serviço.

Em relação às crianças e aos adolescentes, destacamos a importância da sua participação na construção de propostas para o atendimento oferecido nas instituições de acolhimento. Isso pode contribuir para que eles se sintam ouvidos e mais

preparados para planejar, junto com os profissionais da instituição, seu processo de desligamento. Por isso, perguntamos a eles o que poderia ser feito para aprimorar o serviço de acolhimento institucional e suas respostas indicam a necessidade de melhorias na estrutura dos equipamentos, maior oferta de atividades e privacidade. Entendemos que esses e outros elementos apontados poderiam ser facilmente solucionados, desde que houvesse investimento do Estado, e eles poderiam melhorar o dia a dia, as relações e mesmo a adesão ao serviço de acolhimento.

O projeto *Entre a casa, as ruas e as instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro* e a ampla divulgação de seus resultados nos permitiram ampliar o alcance de reflexões e pesquisas sobre o acolhimento institucional alinhadas a referenciais de direitos humanos, contribuindo para o aprofundamento do debate sobre o tema e para o aprimoramento do serviço. Além disso, foi nossa intenção amplificar as vozes daqueles que convivem diariamente com os desafios do acolhimento institucional, tendo em vista a importância de que suas observações e demandas sejam incluídas nos desenhos e na implementação das políticas públicas, efetivando seu direito de participação na elaboração de estratégias intersetoriais que visem à garantia da proteção integral de crianças e adolescentes.

Complementando a leitura deste livro, convidamos vocês a acessar a base de dados bibliográficos *Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes - Produção Acadêmica (2000-2019)*, que reúne artigos, teses e dissertações sobre o tema. Todo o material foi analisado por eixos temáticos, destacando as principais recomendações dos pesquisadores para o aprimoramento da oferta do serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes. Sugerimos também que conheçam a série de pesquisas *Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional*. Três cadernos compõem essa série: *Espaços de escuta e participação no contexto de acolhimento institucional* (CERQUEIRA; RIZZINI, 2020); *Acolhimento Institucional em Foco: perspectivas de profissionais e de crianças e adolescentes usuários do serviço no Rio de Janeiro* (RIZZINI; COUTO; FIGUEIREDO, 2020); e *Produção acadêmica sobre crianças e adolescentes em acolhimento institucional: recomendações para o aprimoramento do serviço* (COUTO; RIZZINI, 2020). Todos esses materiais estão disponíveis no site do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio).

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro pela oportunidade de desenvolver o projeto *Entre a casa, as ruas e as institui-*

ções: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento, sob a coordenação da professora Irene Rizzini (apoio: FAPERJ. CNE, 2017-2020. Ref. nº E-26/202.812/2017). Participaram do projeto Renata Mena Brasil do Couto, pesquisadora do CIESPI/PUC-Rio, e as bolsistas de Iniciação Científica do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Mônica Regina de Almeida Figueiredo (PIBIC/PUC-Rio), Hanna Azevedo Coelho (PIBIC/PUC-Rio) e Letícia Cristina Ferreira da Silva (FAPERJ). Agradecemos também a contribuição de Mariana Menezes Neumann na cuidada tarefa de revisão dos textos e à equipe do CIESPI/PUC-Rio pelo apoio em todo o processo de desenvolvimento do projeto.

Irene Rizzini

*Professora do Departamento de Serviço Social da Pontifícia
Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
Diretora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância
(CIESPI/PUC-Rio)*

Renata Mena Brasil do Couto

*Pesquisadora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância
(CIESPI/PUC-Rio)*